



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

**1ª Câmara de Direito Público**

**Embargos de Declaração nos autos da Apelação nº 0270601-2/ (NPU nº 0002772-59.2011.8.17.0370)**

**Embargante:** Município do Cabo de Santo Agostinho

**Embargado:** Maria dos Prazeres da Rocha

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO. ACÓRDÃO. CONSTRUÇÃO IRREGULAR EM VIA PÚBLICA. COMPETÊNCIA MUNICIPAL PARA DISCIPLINAR O USO E A OCUPAÇÃO DO SOLO. ARTIGO 182 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PREVALÊNCIA DO INTERESSE PÚBLICO. PROVAS DE QUE A PROPRIEDADE É PARTICULAR. NÃO APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO (LEI Nº 1520/89). CONSTRUÇÃO ANTERIOR À SUA EDIÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NA DECISÃO EMBARGADA. OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO SÃO MEIO HÁBIL PARA REEXAME DA MATÉRIA, RESTRINGINDO-SE ÀS HIPÓTESES ELENCADAS NO ART. 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PREQUESTIONAMENTO. NÃO CABIMENTO. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.**

1 – A apelante demonstrou que não construiu em via pública e sim em propriedade privada. Assim, verificada que a edificação não se deu em via pública, não deve prevalecer o ato demolitório por este argumento.

2 - Quanto à construção sem licença prévia, o Código de Obras do Município do Cabo de Santo Agostinho de nº 1520/89, traz, em seu art.32, *caput*, que: “Qualquer construção, reforma, reconstrução, restauração, demolição, instalação pública ou particular só poderá Ter início depois de licenciada pela Prefeitura, que expedirá o respectivo alvará de licença, observadas as disposições deste Código e da Lei de Uso do Solo.”

3 - Analisando detidamente as provas acostadas, vê-se que a construção é muito anterior à edição da Lei Municipal nº 1.520/89, não havendo como aplicá-la ao caso em apreço.

*ESM*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

154  
R

4 - A questão em tela foi devidamente enfrentada e os fundamentos utilizados na decisão são suficientes para dar suporte e motivação ao entendimento firmado.

5 - Não há qualquer omissão, obscuridade ou contradição no acórdão embargado, não servindo, os aclaratórios, como meio hábil para rediscussão de matéria.

6 - O julgador não está adstrito a analisar todos os argumentos levantados pelo embargante, quando já encontrou motivo suficiente para fundamentar a decisão. Precedentes do STJ.

7 - Não se viabiliza por meio de Embargos de Declaração, o prequestionamento explícito de dispositivos infraconstitucionais para a abertura da via especial, sob o risco de incorrer em usurpação de competência.

8 - Embargos de Declaração rejeitados.

9 - Decisão Unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração nº 0270601-2 (NPU nº 0002772-59.2011.8.17.0370), em que figura como partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, em conhecer e rejeitar os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 24 de 09 de 2013.

**Des. Erik de Sousa Dantas Simões**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

155  
K

**1ª Câmara de Direito Público**

**Embargos de Declaração nos autos da Apelação nº 0270601-2 (NPU nº 0002772-59.2011.8.17.0370)**

**Embargante:** Município do Cabo de Santo Agostinho

**Embargado:** Maria dos Prazeres da Rocha

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**RELATÓRIO**

Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face de acórdão que deu provimento ao Recurso de Apelação nº 0270601-2, para reformar a sentença que julgou improcedente o pedido inicial formulado pelo Município do Cabo de Santo Agostinho, de demolição de um imóvel situado à Rua 17 Granja 03, Praia de Itapuama, Cabo de Santo Agostinho.

Sustenta o embargante que a decisão fustigada é omissa, pois deixou de fundamentar o seu entendimento com qualquer norma ou jurisprudência existente, além de ter violado os artigos 30, VIII, da CF; 535, II do CPC; 119, § 1º da Lei Municipal nº 2.179/2004 e 459 da Lei nº 1.520/89 (Código de Normas do Município).

Pugna, ao final, pelo acolhimento deste Recurso, com efeitos infringentes ou, em não sendo, que seja sanada a omissão quanto à fundamentação, bem como que haja o prequestionamento explícito das questões federais e infraconstitucionais ventiladas na causa.

É o relatório.

Recife, 24 de 09 de 2013.

**Des. Erik de Sousa Dantas Simões**

Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

156  
J

**1ª Câmara de Direito Público**

**Embargos de Declaração nos autos da Apelação nº 0270601-2 (NPU nº 0002772-59.2011.8.17.0370)**

**Embargante:** Município do Cabo de Santo Agostinho

**Embargado:** Maria dos Prazeres da Rocha

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**VOTO**

Nada há a ser declarado ou aclarado, em relação ao acórdão embargado. Com efeito, o Reexame Necessário/Apelação foi desprovido por esta Câmara de Direito Público, à unanimidade de Votos, restando o acórdão lavrado nos seguintes termos:

*“EMENTA: APELAÇÃO. AÇÃO DEMOLITÓRIA. CONSTRUÇÃO IRREGULAR EM VIA PÚBLICA. COMPETÊNCIA MUNICIPAL PARA DISCIPLINAR O USO E A OCUPAÇÃO DO SOLO. ARTIGO 182 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PREVALÊNCIA DO INTERESSE PÚBLICO. PROVAS DE QUE A PROPRIEDADE É PARTICULAR. NÃO APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO (LEI Nº 1520/89). CONSTRUÇÃO ANTERIOR À SUA EDIÇÃO. APELO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.*

*1 – Alega o Município Autor/apelado que a ré/apelante construiu em via pública, de forma totalmente irregular, sem que tivesse qualquer licença prévia do Município e em total desatenção à legislação urbanística do município.*

*2 - É do Município a competência para disciplinar o uso e a ocupação do solo, bem como as edificações em seu perímetro urbano, conforme determina a Constituição Federal, em seu art. 182, de maneira a assegurar uma melhor qualidade de vida aos seus habitantes.*

*3 – Nos casos de construção de casas em área pública, deve prevalecer o interesse público em detrimento do particular, em respeito aos princípios de direito público que asseguram a existência do bom convívio social.*

*4 – A apelante demonstrou que não construiu em via pública e sim em propriedade privada. Assim, verificada que a edificação não se deu em via pública, não deve prevalecer o ato demolitório por este argumento.*

*5 - Quanto à construção sem licença prévia, o Código de Obras do Município do Cabo de Santo Agostinho de nº 1520/89, traz, em seu art.32, caput, que: “Qualquer construção, reforma, reconstrução, restauração, demolição, instalação pública ou particular só poderá Ter início depois de licenciada pela Prefeitura, que expedirá o respectivo alvará de licença, observadas as disposições deste Código e da Lei de Uso do Solo.”*

*BR*



157  
P

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

6 - *Analisando detidamente as provas acostadas, vê-se que a construção é muito anterior à edição da Lei Municipal nº 1.520/89, não havendo como aplicá-la ao caso em apreço.*

7 - *Apelo provido.*

8 - *Decisão unânime.*”

Como se verifica, inexistente contradição, obscuridade, erro material ou omissão na decisão. Ao contrário, o acórdão esgotou a matéria, havendo o devido enfrentamento de todos os pontos, inclusive legais, sobre os quais o embargante está a buscar esclarecimento.

O julgado explica o porquê, neste caso, não se adotou o Código de Obras do Município do Cabo de Santo Agostinho (lei nº 1520/89).

Com efeito, decisão judicial não é resposta a questionário, tampouco à consulta. Não há lógica e é antieconômico se exigir que sejam abordados todos e quaisquer argumentos ou normas legais, com que litigam as partes no transcorrer do feito, se o órgão julgador já encontrou a motivação necessária para alicerçar o *decisum*.

Uma vez fundamentada a decisão tomada em certo sentido, lógica e automaticamente consideram-se afastadas teses, normas ou argumentos lançados em sentidos diversos.

Ao julgador, portanto, compete fundamentar sua decisão, dizendo porque decidiu de determinada forma e não justificar porque não decidiu de outra.

Registre-se, ainda, que a interpretação do julgado é ônus da condição de parte.

Assim, não é possível, na via estreita dos embargos de declaração, revisar-se a decisão embargada. Igualmente, não é cabível a sua modificação, com alteração de sua substância ou sentido, exceto em situações excepcionálissimas, o que não se verifica no caso.

Nesse sentido:

**STJ: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. LEI N. 11.907/09. GAE. INCORPORAÇÃO AO VENCIMENTO BÁSICO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. 1. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas não configuram as hipóteses de cabimento do recurso - omissão, contradição ou obscuridade -, delineadas no art. 535 do CPC. 2. A rediscussão, via embargos de declaração, de questões de mérito já resolvidas configura pedido de alteração do resultado do *decisum*, traduzindo mero inconformismo com o teor da decisão embargada. Nesses casos, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que os embargos não merecem prosperar. 3. Embargos de declaração rejeitados. EDcl no REsp 1343065 / PR. Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES. DJe 02/04/2013.**

**TJPE: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. RECURSO**



K3  
H

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

**IMPROVIDO.** 1. Os embargos de declaração não são cabíveis para a simples rediscussão da matéria. 2. As questões suscitadas foram devidamente enfrentadas no aresto embargado, não servindo a sede aclaratória ao reexame meritório do que já foi decidido. 3. Embargos de declaração à unanimidade improvidos, não considerando vulnerados os dispostos explicitados. **ED 276467-4/02. Relator: Ricardo de Oliveira Paes Barreto, Data de Julgamento: 04/10/2012.**

No que tange ao pedido de prequestionamento a respeito dos artigos 30, VIII, da CF; 535, II do CPC; 119, § 1º da Lei Municipal nº 2.179/2004 e 459 da Lei nº 1.520/89 (Código de Normas do Município), cabe esclarecer que, ante a inocorrência de qualquer vício que enseje a interposição de Embargos Declaratórios, mesmo havendo o requerimento de prequestionamento explícito da matéria, os embargos não merecem ser acolhidos, sob pena de contrariar o disposto no art. 535 do Código de Processo Civil.

Nesse sentido é o entendimento deste Egrégio Tribunal de Justiça, acerca da matéria, conforme se infere da transcrição abaixo:

**“EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.** 1. *Haja vista que não se encontra refletida a alegada omissão no acórdão embargado, não devem ser acolhidos os embargos declaratórios opostos, mesmo que para fins de prequestionamento.* 2. *Embargos conhecidos e rejeitados.* 3. *Decisão unânime.*”  
(TJPE - Embargos de Declaração nº 45721-6/01. Rel. Fernando Cerqueira. 7ª Câmara Cível - 21/11/2006)

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. RECLAMAÇÃO. PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INADMISSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.**

1. Não sendo possível identificar no acórdão embargado vício algum ensejador dos aclaratórios (omissão, contradição ou obscuridade), a rejeição dos embargos é solução que se impõe. 2. O órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todo e qualquer ponto suscitado pelas partes, mas apenas sobre aqueles considerados suficientes para fundamentar a decisão. 3. A via dos embargos declaratórios não se presta para a rediscussão dos fundamentos da decisão embargada. 4. “Não se prestam os embargos de declaração ao prequestionamento de matéria constitucional, para fins de eventual recurso extraordinário ao STF” (STJ - EDcl no RMS 18.240/RS, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJ 31.08.2006).

5. Embargos de declaração rejeitados.

*BAK*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

159  
P

*(STJ - EDcl no AgRg na Rcl 2792 / DF EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO 2008/0077449-0; Relator Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS) (8155); S2 - SEGUNDA SEÇÃO; Julgado em 09/12/2009; DJe 18/12/2009).*

Desta feita, não evidenciadas as hipóteses do artigo 535 do Código de Processo Civil, não há como se acolher os embargos de declaração, pois, mesmo os chamados embargos de declaração, para fins de prequestionamento, encontram seus limites na norma do aludido dispositivo legal.

Por tais razões, voto no sentido de rejeitar os embargos declaratórios.

É como voto.

Recife, 24 de 09 de 2013.

  
**Des. Erik de Sousa Dantas Simões**  
Relator